



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DE RIBEIRÃO PRETO

COC –

COORDENAÇÃO DO CURSO

PROJETO LABORATÓRIO FDRP

LABORATÓRIO [] II - [x] IV - [] VI - [] VIII - [] X

ANO/SEMESTRE: 2025/2

TÍTULO DO EIXO A SER DESENVOLVIDO: Laboratório Direito à Cidade (LabDic): educação ambiental, segurança alimentar e hortas urbanas na política municipal

DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): Julia Azevedo Moretti

ODS-ONU* que abrange(m) a atividade proposta, se for o caso:

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 2 – Fome Zero e Agricultura

NÚMERO MÁXIMO DE ALUNOS, SE HOVER: 25

GRUPO SOCIAL ALVO DA ATIVIDADE: escola da Zona Norte de Ribeirão Preto e comunidade urbana da mesma região

CARGA HORÁRIA TOTAL: 06 - trabalho (Horas Extensão: 06)

* Ver Anexo I

OBJETIVOS

Como objetivo geral, pretende-se contribuir “para uma visão situada do fenômeno jurídico-social em processo dialético entre teoria e prática” (Deliberação FDRP nº 05/2024) e de caráter transdisciplinar. Especificamente, o que se pretende é promover um conjunto de atividades capazes de aproximar a Universidade e a sociedade para, simultaneamente, aprimorar a formação dos estudantes. No LabDic II, espera-se que, ao final do semestre o aluno do curso de Direito: (i) consiga compreender a interface urbano-rural; (ii) possa associar diferentes escalas de normatividade que operacionalizam um objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS) e avaliar seu impacto no território; (iii) realize diagnóstico do embasamento jurídico de políticas públicas para alavancar ações ligadas à agricultura urbana, inclusive mediante educação em direitos.

METODOLOGIA:

A partir de uma abordagem centrada na segurança alimentar e na integração entre espaços urbanos e rurais, a proposta de implantação de hortas em escolas norteará diagnósticos sobre a efetividade de normas que preveem direito a cidades resilientes, acesso contínuo e adequado a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais. O trabalho será realizado com metodologias participativas de pesquisa-ação, com adoção atividades empíricas (caminhada diagnóstica, entrevistas) e educação em direitos (com produção de material didático). Também será adotada uma metodologia de avaliação legislativa, com apreciação e diagnóstico da legislação municipal que embasa as políticas públicas de âmbito local ligadas à questão do combate à fome, fomento e instituição de hortas urbanas em articulação com uma abordagem territorial (política urbana). Num primeiro momento será avaliada a eficácia jurídica dessas normas, a completude e capacidade de produzir efeitos. Na sequência, os(as) discentes serão instados a perquirir sobre efeitos que elas produzem (ou não) na sociedade a partir de realidade constatada nas hortas em implantação e a experiência da escola para a comunidade. Balizarão o trabalho leituras críticas do direito, selecionadas por meio de revisão teórica não estruturada, inclusive como incentivo à pesquisa científica pelos alunos.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:

Para a realização da atividade propõe-se um percurso 3 etapas que compreendem um conjunto de ações: (1) **preparação:** que compreende atividades de ensino, com aulas que trabalham conceitos operacionais básicos (como urbano x rural; agricultura urbana; direito social à alimentação; dimensão jurídica de políticas públicas; entre outros). Também envolve

atividades práticas de integração de alunos(as) com a(s) escola(s) parceiras e contato com órgãos públicos municipais e planejamento das ações no território; (2) **diagnóstico**: que compreende ações de pesquisa teórica e empírica sobre políticas públicas e seu embasamento legal, bem como atividades práticas, como levantamentos *in loco* e entrevistas; (3) **aplicação prática**: envolve redação de relatórios, sistematização de resultados em documentos de diversas naturezas (em especial um dossiê) e elaboração de material educativo sobre cidades, segurança alimentar e hortas urbanas.

RESULTADOS ESPERADOS:

Após a realização dos diagnósticos propostos, espera-se alcançar os seguintes produtos (1) pesquisa e sistematização sobre legislação municipal que embasa as políticas públicas de âmbito local ligadas à questão do combate à fome, fomento e instituição de hortas urbanas; (2) registro de experiências de implantação de hortas (agricultura urbana) em escolas e seu impacto na comunidade escolar para além dos muros da escola (abordagem territorial); (3) produção de um material de educação ambiental sobre agricultura urbana e segurança alimentar, numa perspectiva de educação em direitos. O fortalecimento das competências de pesquisa e extensionistas dos estudantes envolvidos também é um resultado esperado.

MÉTODO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS DISCENTES EMPREGADO PELO DOCENTE:

Será adotado um método de avaliação continuada das atividades acadêmicas realizadas pelos(as) alunos(as) ao longo do semestre, a partir das etapas acima descritas. Serão combinados elementos de avaliação individuais (fichamentos) e em grupo (dossiê e oficinas). Os(as) alunos(as) serão avaliados em relação à : (i) assiduidade, especialmente nas atividades de campo; (ii) cumprimento de prazos; (iii) progresso no processo de aprendizagem prática - capacidade de situar o conhecimento e buscar soluções concretas e dialogadas para problemas complexos; (iv) excelência dos produtos apresentados, que deverão demonstrar o conhecimento sobre o tema, a fundamentação, a clareza e fluência da redação, a coerência da exposição, a correção gramatical, a precisão da linguagem jurídica e capacidade de comunicação com a comunidade (linha da educação e popularização do conhecimento).

MÉTODO DE AVALIAÇÃO DO IMPACTO PARA O GRUPO SOCIAL ALVO QUE SERÁ EMPREGADO PELO DOCENTE:

A atividade será avaliada em uma mesa redonda com a comunidade escolar e os agentes públicos municipais na qual será possível apresentar os produtos e debater o tema. Uma avaliação final que possa ponderar (i) a qualidade das atividades em relação à troca de saberes e aprendizagem (adequação do tema à realidade/necessidade, capacidade de construção dialogada); (iii) proveito dos produtos (clareza dos documentos, aplicabilidade na organização social).

ANEXO I

Lista de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-ONU) e que pode se encaixar a temática do eixo proposto para o laboratório

- 1, erradicação da pobreza
2. Fome zero e agricultura sustentável
3. Saúde e bem-estar
4. Educação de qualidade
5. Igualdade de gênero
6. Água potável e saneamento
7. Energia limpa e acessível
8. Trabalho decente e crescimento econômico
9. Indústria, inovação e infraestrutura
- 10..Redução das desigualdades
11. Cidades e comunidades sustentáveis
12. Consumo e produção responsável
13. Ação contra a mudança global do clima
14. Vida na água
15. Vida terrestre
16. Paz, justiça e instituições eficazes
17. Parcerias e meios de implementação